



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1607/16	DATA: 08/12/2016	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 11h51min	PÁGINAS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA - Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente — MMA — e representante do Ministro de Estado.

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTI.

MÁRCIO ROJAS DA CRUZ - Coordenador-Geral do Clima do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

CLAUDIO ANGELO - Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima.

JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO - Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores — MRE.

RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

SUMÁRIO

Seminário destinado a debater os resultados das negociações durante a 21ª Conferência do Clima e os desafios e estratégias de implementação para o Brasil na agenda interna.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro abertos os trabalhos do presente seminário da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinado a debater os resultados das negociações durante a 21ª Conferência do Clima e os desafios e estratégias de implementação para o Brasil na agenda interna.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria e do Deputado Luiz Lauro Filho, Presidente desta Comissão.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Convido a integrar a Mesa o Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, representando o Ministro de Estado; o Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Sr. Claudio Angelo, Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima; o Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, e o Sr. Rodrigo Justus de Brito, Presidente da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Também está prevista a participação nesta Mesa — ele chegará logo — do Prof. Eduardo Viola, que é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Prestados esses esclarecimentos iniciais, concederei a palavra a cada convidado por 10 a 15 minutos, visto que, após as palestras, iniciaremos os debates.

Desde já agradeço e peço a cada convidado que observe o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro à direita do plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Servidores



desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares no final do debate.

Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet wi-fi podem retirar a senha nas portarias desta Casa.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

O Presidente da Comissão, o Deputado Luiz Lauro Filho, teve um imprevisto e precisou viajar. Essa é causa da ausência de S.Exa.

Nós propusemos este seminário na Comissão de Meio Ambiente. Eu tive a oportunidade, com outros Parlamentares, como o Deputado Ricardo Tripoli, o Presidente Luiz Lauro Filho, o Deputado Bruno Covas e outros colegas da Comissão sobre Mudanças Climáticas, assim como alguns Senadores, de estarmos presentes na COP 22, em Marrakech.

Ficou muito patente, e nós vamos ter oportunidade de debater isso, que o grande desafio é a conjuntura que estamos vivendo hoje no Brasil, do ponto de vista do início de uma crise política, econômica, em alguns momentos até de crise institucional, como acompanhamos esta semana. Por outro lado, e cito como exemplo a agenda da agricultura, quanto ao desmatamento, houve ganhos no Brasil nos últimos anos, o que serviu de base a compromissos já assumidos internamente.

Temos de pensar, sim, em todo o debate sobre o Código Florestal. O que resultou do debate acabou também servindo de base para os compromissos que assumimos em Paris, na COP 21. Nós temos visto que o desmatamento está aumentando no País. Estamos enfrentando, também, dificuldades para implementar o Código Florestal, principalmente seu principal instrumento, que é o cadastro. Isso vai sendo adiado a cada ano.



Esse compromisso interno serviu para assumirmos lá e implementarmos aqui, não só por causa da COP, da ONU, mas como sociedade, enfim, tomarmos consciência de que nós temos de cumprir a nossa parte em prol do planeta.

Trouxemos este debate para o Parlamento, pela via da Comissão de Meio Ambiente, pela via da Câmara Federal, no sentido de contribuirmos para avançar nessa agenda, no mínimo cumprindo aquilo a que nos comprometemos na ocasião, porque é importante para nós. Eu acho que a Câmara tem um papel a cumprir. Nós temos que manter vivo este debate tanto na Comissão de Meio Ambiente como na Comissão sobre Mudanças Climáticas.

De acordo com a ordem, vou passar a palavra ao Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA - Obrigado.

Bom dia a todos. Agradeço o convite ao Deputado Nilto Tatto e ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Luiz Lauro Filho. Cumprimento os companheiros de Mesa, estendendo os cumprimentos aos participantes deste seminário.

O tema é resultado de negociações da COP 21 — desafios e estratégias de implementação para o Brasil na agenda interna. Tenho certeza de que, na parte internacional, o Embaixador José Marcondes, nosso negociador-chefe, tratará do tema, desses resultados.

A minha intervenção aqui vai focar a parte dos desafios de estratégia de implementação da agenda de mudança do clima. Então, vou focar a agenda interna.

Deputado, inicialmente o senhor mencionou o papel da Câmara, o papel do Congresso sobre este tema, mudança do clima. Eu gostaria de iniciar esta intervenção já agradecendo, quanto à implementação interna, a rápida aprovação. Ouso dizer que talvez tenha sido um dos acordos internacionais que teve aprovação mais rápida nesta Casa. Nós agradecemos esse apoio.

Faço uma comparação entre o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris. O Protocolo de Kyoto foi aceito pelas partes da Convenção sobre Mudança do Clima em 1997 e entrou em vigor só 8 anos depois. O Acordo de Paris, aprovado em Paris



em dezembro do ano passado, entrou em vigor já em novembro. Falo isso considerando a perspectiva mundial.

No âmbito nacional, o Acordo de Paris obteve a aprovação da Câmara dos Deputados em julho e do Senado já em agosto, o que permitiu ao Presidente Michel Temer depositar o instrumento de ratificação já em setembro. No caso do Protocolo de Kyoto, esse processo interno levou cerca de 5 anos. Ele é de 1997, e só o internalizamos na legislação nacional em 2002. Isso mostra o engajamento de toda a sociedade brasileira e o esforço que o tema necessita. É um tema não só de Governo, é um tema de toda a sociedade.

Sobre os desafios de implementação da NDC, o Governo brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente estão coordenando um processo de implementação da estratégia da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil, que foi uma das mais ambiciosas das colocadas no âmbito do Acordo de Paris.

Eu gostaria de lembrar que, dos países em desenvolvimento, foram poucos aqueles que apresentaram uma meta de redução em termos absolutos. Se considerarmos as grandes economias, veremos que o Brasil foi o único país em desenvolvimento a ter uma modalidade de NDC ambiciosa do tipo redução absoluta de emissões para o conjunto da economia.

Relembro que é uma meta de mitigação ambiciosa. Nós nos comprometemos a reduzir 37% das emissões de gases de efeito estufa até 2025, com base no ano de 2005, e com uma indicação de aumentar essa redução em 2030, também com base em 2005, para 43%. Então, é um esforço bastante ambicioso.

Para isso, o Governo colocou algumas iniciativas. É sempre bom lembrar que a NDC tem duas partes, a parte inicial e a segunda parte com informações adicionais, mostrando os caminhos que o Governo, junto com a sociedade, vai seguir para alcançar os compromissos colocados. Isso não significa que algo que não esteja ali não esteja contemplado. Pelo contrário, o compromisso é para economia como um todo.

Eu destaco algumas dessas iniciativas. O próprio combate ao desmatamento, com a tentativa de zerar o desmatamento ilegal até 2030, é um compromisso também muito ambicioso. Ao mesmo tempo, considerando que existe, pela legislação, a supressão legal de vegetação, nós procuraremos compensar, em



termos de emissões — é claro que o Código Florestal não permite compensação do desmatamento de uma área de um bioma por outro —, a supressão legal de vegetação, promovendo restauração florestal, promovendo reflorestamento.

O Brasil assume, de novo, um número bastante desafiador, que são os 12 milhões de hectares de restauração e reflorestamento. Nós estamos falando de restauração usando mata nativa e de reflorestamento usando florestas comerciais.

Os desafios são grandes também na área de energia e na área de agropecuária. Nós estamos saindo de um patamar atual de 40% de energias renováveis para 45% em 2030. Para um país que já tem uma matriz energética bastante limpa como o Brasil, esse desafio é bastante robusto. Esse aumento de 5%, às vezes, pode parecer pouco, mas não é. É muito ambicioso termos essa matriz com 45% de renováveis até 2030.

Na área de agropecuária, que o Deputado mencionou aqui no início, temos também o forte desafio de promover uma recuperação de pastagens degradadas, da ordem de 15 milhões de hectares, junto com a integração entre lavoura, pecuária e floresta, de 5 milhões de hectares.

Para isso, o Ministério do Meio Ambiente tem coordenado com o Governo — vai iniciar a partir do ano que vem o diálogo com a sociedade — a sua estratégia de implementação.

A ideia inicial foi contratar alguns estudos por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, para promover um documento-base que não é ainda a estratégia do Governo. Ele é um documento-base que vai ajudar nos Diálogos Estruturados com a sociedade ao longo do primeiro semestre. Esse documento tem o objetivo de fazer com que a discussão considere algo concreto, para que ela não aconteça no abstrato. A ideia, então, é fazer esses diálogos estruturados, junto com a sociedade brasileira, envolvendo a Câmara dos Deputados, organizações não governamentais, o setor privado, enfim, uma ampla gama da sociedade brasileira, na construção da estratégia.

Com esse documento-base — de novo, faço a ressalva de que não será a estratégia em si —, nós teremos um documento para ajudar a subsidiar a discussão.



Ao longo do primeiro semestre do ano que vem, nós promoveremos os Diálogos Estruturados, com reuniões temáticas e também com o apoio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas para realizar essas consultas.

A ideia é que esse documento-base esteja disponível ainda no final deste ano, para, no início do ano, recebermos algumas contribuições, ainda em via eletrônica, para depois termos as reuniões específicas dos Diálogos Estruturados.

Essa estratégia, que, de novo, eu reforço, será uma estratégia em que recolheremos opiniões e propostas da sociedade, não é uma coisa em si. Precisaremos fazer um debate muito fino com a sociedade, para termos, aí sim, uma estratégia montada com o Brasil como um todo.

Eu gosto sempre de frisar que a Contribuição Nacionalmente Determinada é uma contribuição nacional. Portanto, é uma contribuição do País como um todo. Não é uma contribuição apenas do Governo. Nós contamos com a sociedade, portanto, para que ocorra essa implementação.

A elaboração dessa estratégia não significa que o Governo brasileiro e a sociedade já não estejam empreendendo esforços para implementar os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris. Eu posso citar alguns dos exemplos, mas existem muitos outros. Podemos citar a própria Lei do Biodiesel, de abril deste ano, com que aumentamos a participação do biodiesel no *diesel* para 7%, com escalonamento até 10%. Isso já mostra de novo o engajamento do Poder Legislativo para auxiliar no alcance da Contribuição Nacionalmente Determinada.

Na própria COP de Marrakesh, com a liderança do Itamaraty, nós lançamos a Plataforma Biofuturo, uma plataforma de promoção de biocombustíveis, com vários países desenvolvidos e vários países em desenvolvimento. Também será um instrumento importante para implementação dos nossos compromissos, principalmente na área de biocombustíveis. É um compromisso ambicioso também. A intenção é aumentarmos para 18% a participação de bioenergia até 2030 na nossa matriz.

Em relação ao desmatamento — o Deputado apresentou a preocupação, e é uma preocupação primordial do Ministério do Meio Ambiente —, acho que o aumento da ordem de 29%, de 2015 para 2016, acende o sinal de alerta, mas eu



gosto sempre de frisar que a mudança do clima tem que ser vista de uma perspectiva mais ampla.

Em 2004, ano de lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, o desmatamento era de mais de 27 mil quilômetros quadrados. Em 2016, esse patamar está um pouco abaixo de 8 mil quilômetros quadrados, o que ainda é inaceitável. Esse número é muito alto. A intenção do Governo é reduzir muitíssimo esse valor. E isso vinha acontecendo de maneira constante e consistente ao longo do tempo. Essas pequenas reversões aconteceram recentemente — de novo, acende-se, sim, um alerta —, mas, de uma perspectiva mais ampla, o alcance da redução nas taxas de desmatamento, de 2004 a 2016, foi de 71%.

Isso deve ser considerado, mas o aumento de 2015 para 2016 nos mostra que o esforço deverá ser ainda maior, para chegarmos aos compromissos assumidos no Acordo de Paris e até mesmo para chegarmos ao período pré-2020, já que nos comprometemos a chegar a 2020 com pouco mais de 3.900 quilômetros quadrados de taxa de desmatamento. Ainda é um número inaceitável. A proposta do Brasil é eliminar o desmatamento ilegal até 2030. O desafio está colocado.

Esses números de aumento do desmatamento mostram que o esforço de comando e controle precisa continuar, sem dúvida nenhuma, e até ser fortalecido. O Ministro Sarney Filho já conseguiu comprometer orçamento para aumentar a fiscalização nos próximos anos. Nós conseguimos, de maneira ainda excepcional, porque esta não é uma prática do Fundo Amazônia, a aprovação do BNDES para utilização de recursos desse fundo para aumentar a fiscalização na Amazônia.

Nós teremos, muito em breve, o lançamento da quarta fase do PPCDAM — Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e da terceira fase do PPCERRADO — Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado. Nesse plano, nós incluímos o que assumimos na nossa NDC em termos de combate ao desmatamento, com o viés de fortalecer o que existe em termos de comando e controle, de fiscalização. Mas se trata também de atuar mais fortemente nos outros dois eixos do plano, que são o ordenamento territorial e a promoção de uma economia sustentável de florestas. A



intenção é aumentar, no PIB brasileiro, a participação da restauração florestal e do reflorestamento.

Em outras áreas, também existem várias iniciativas. Quanto ao próprio Cadastro Ambiental Rural, Deputado, nós conseguimos já alcançar mais de 90% de cadastramento. Esse será um instrumento importantíssimo de acompanhamento dos compromissos da agropecuária e do controle do desmatamento. Eu ousou dizer que não existe instrumento no mundo parecido com esse. Nós não conseguimos imaginar um instrumento que ofereça, por área e por fazenda, por propriedade, um levantamento tão profundo em relação ao uso da terra. Esse será um instrumento também bastante importante.

Na área de energia, eu posso citar iniciativa do próprio BNDES, lançada em outubro, de aumentar até 80% a participação no financiamento de projetos de energia solar e até 70% no financiamento de projetos de energia eólica, biomassa, PCHs. Isso mostra o engajamento do Governo como um todo em relação aos compromissos ambiciosos que assumimos no âmbito do Acordo de Paris.

Esse tema também inclui a Terceira Comunicação Nacional e os compromissos assumidos pelo Brasil. Tenho certeza de que o Dr. Jailson, Secretário do MCTIC, vai falar com mais detalhes sobre esse compromisso do Governo brasileiro no âmbito da Convenção. Não é um compromisso no âmbito do Acordo de Paris, é um compromisso que já vem desde a aceitação do Governo brasileiro relativamente à Convenção sobre Mudança do Clima. É um compromisso que temos que apresentar de 4 em 4 anos, e o Governo brasileiro, com a coordenação do MCTIC, fez a apresentação da sua Terceira Comunicação em abril.

Existe uma discussão, e uma parte da sociedade fez o questionamento sobre a necessidade de revisar a NDC em função da Terceira Comunicação, mas o instrumento depositado em setembro deste ano pelo Governo brasileiro é um documento baseado no segundo inventário, que era o documento disponível na época de elaboração da NDC.

É claro que a Terceira Comunicação, como eu disse, é um compromisso que o Brasil assume no âmbito da Convenção e ajuda também muito nas políticas públicas — é um instrumento importante —, mas essa revisão agora, proposta por alguma parte da sociedade, não faz sentido, uma vez que a Convenção tem o seu



próprio ritmo de revisão das NDCs. Ela vai acontecer de 5 em 5 anos, vai ter o processo de avaliação global, que avalia o agregado. E a intenção do Governo brasileiro leva em conta os resultados dessa avaliação agregada. É sempre trazer isso para uma discussão doméstica de avaliação relativamente a esses números agregados, para ver se o País está na direção do cumprimento do objetivo maior do acordo, que é o objetivo referente à temperatura.

Isso não significa que, nessas revisões futuras, nós teremos que nos basear exatamente na Terceira Comunicação. Na época, nós já poderemos ter a Quarta Comunicação. A apresentação ocorre de 4 em 4 anos. Nós teremos novos BURs, os Relatórios Bienais de Atualização, que também podem ser utilizados como base.

Temos também o compromisso — o Dr. Jailson deverá falar sobre isso — de apresentar de 2 em 2 anos essa atualização.

Enfim, só porque esse tema estava igualmente ligado à Terceira Comunicação, acho que vale essa referência.

Vejo que meu tempo se esgotou.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, Deputado. Fico à disposição para o nosso debate em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Adriano.

Passo a palavra a Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE - Bom dia, senhoras e senhores. É um grande prazer estar aqui e participar desta reunião na Câmara dos Deputados. Agradeço ao Deputado Nilto Tatto o convite.

Cumprimento o Dr. Adriano de Oliveira, do Ministério do Meio Ambiente, um grande parceiro na elaboração dessa comunicação; o nosso Embaixador Marcondes de Carvalho, que tem contribuído de forma exemplar durante todo o nosso trabalho; e o Dr. Rodrigo Justus de Brito, da Confederação da Agricultura.

Vejam, a Terceira Comunicação Nacional foi apresentada como o documento brasileiro para a COP 21, em Paris. Eu passo para o Deputado Nilto Tatto o documento que nós apresentamos. É uma compilação de vários documentos. Tenho uma versão em *pen drive*, que é mais fácil de carregar, como também, para o



Deputado, alguns documentos, que participaram dela e variantes dela, como *Modelagem Climática e Vulnerabilidades Setoriais à Mudança do Clima no Brasil*, divulgado agora em 2016, e um outro documento, derivado dela, que são as *Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil*.

Então, parte desses documentos está disponível no Ministério de Ciência e Tecnologia para aqueles que se interessarem. A responsabilidade de organização desses documentos e de sua comunicação é do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações, da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, que tem uma Coordenação específica para isso, dirigida pelo Dr. Márcio Rojas, que está aqui conosco.

Essa Comunicação Nacional é feita a partir de ampla consulta a vários Ministérios, a vários setores de Governo, à sociedade civil e ao setor empresarial. Ela resulta de uma grande compilação de documentos e da participação de vários especialistas brasileiros de grande reconhecimento no País e no exterior. Então, é um documento de extrema complexidade porque é o compromisso do Brasil junto à Convenção do Clima.

Ao Dr. Márcio Rojas, que é o Coordenador direto dessas ações no nosso Ministério, foi solicitado que fizesse uma apresentação técnica mostrando como é a construção dessa comunicação e o que é a Comunicação Nacional. Então, com a palavra o Prof. Márcio, por favor.

O SR. MÁRCIO ROJAS DA CRUZ - Bom dia a todos. Vou correr, por conta do tempo, e tentar ser bem objetivo.

A ideia deste painel, dedicado à Terceira Comunicação Nacional, é que aproveitemos esta oportunidade para divulgar, de forma um pouco mais precisa, esse documento que foi apresentado ao Secretariado da Convenção do Clima, em abril deste ano.

Contextualizando, é responsabilidade já, desde a Rio 92, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, agora, elaborar esse documento, no entendimento de que o componente científico e tecnológico tem um papel absolutamente relevante no enfrentamento dos desafios colocados pelas mudanças climáticas.



A Terceira Comunicação Nacional, especificamente, coordenada por nós, teve a participação direta de 332 autores, representantes de 140 instituições nacionais diferentes. Contou, naturalmente, com a colaboração e a revisão de colegas do Governo Federal — e aqui eu cito explicitamente a Casa Civil, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério de Minas e Energia — e contou, na sua etapa final, com um processo de consulta pública, por meio da qual recebemos 472 comentários, oriundos de representantes de 18 instituições diferentes.

A publicação se deu em 4 volumes. O primeiro volume, na verdade, é um sumário executivo de todo o compilado e, em seguida, os outros 3 volumes.

O primeiro volume foi dedicado a um levantamento e a uma apresentação das circunstâncias nacionais especiais. Então, no primeiro volume, encontra-se uma série de informações relacionadas ao território brasileiro, ao clima nacional, à atualização de dados socioeconômicos, a arranjos institucionais para implementação da Convenção no Brasil e a uma série de registros de pesquisas científicas — e aqui contamos, em grande parte, com a contribuição do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O segundo volume foi dedicado a medidas de mitigação. Então, aqui houve, por exemplo, uma descrição atualizada do plano mencionado pelo colega Adriano, por exemplo, do PPCDAm, de combate ao desmatamento da Amazônia; de outros planos relacionados a desmatamento nos biomas; dos planos setoriais de mitigação e adaptação; e também de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo. Houve uma parte também dedicada a questões relacionadas a vulnerabilidades e adaptações a mudanças climáticas.

Aqui, a ideia foi expor os avanços que o Brasil vem tendo com relação ao modelo brasileiro, o Terrestre Brazilian Earth System Model — BESM, uma iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, uma unidade de pesquisa vinculada ao nosso Ministério. Consideramos também informações de outros modelos globais, um inglês e um japonês.



Em seguida, trabalhamos com a regionalização desses cenários climáticos futuros. A partir daí, trabalhamos com estudos específicos para determinados setores — biodiversidade, agricultura, recursos hídricos, energias renováveis, desastres naturais e saúde. Naturalmente, houve um mapeamento de vulnerabilidades regionais e setoriais.

Aqui, há alguns *highlights* dos estudos que foram organizados. Redução do potencial de produção de energia hidrelétrica nas Bacias ao norte e na região central do País, bem como o aumento desse potencial nas Bacias ao sul do País, na parte de energia hidrelétrica.

Com relação a desastres naturais, percebeu-se que o Sul, o Sudeste e grande parte do litoral brasileiro terão um acréscimo de vulnerabilidade aos desastres naturais, principalmente inundações bruscas, enxurradas e alagamentos. Corremos o risco, se nada for feito, de alcançarmos o limiar da inabitabilidade humana, por uma série de parâmetros, com sérios riscos à saúde pública e à economia.

Com relação à biodiversidade, notou-se a possibilidade de uma retração do nicho climático para formações florestais e a possibilidade de expansão das vegetações abertas. Em consequência do aumento de frequência de dias com temperaturas superiores a 34 graus Celsius, temos um risco considerável a abortamento de flores de café, feijão, morte de frangos, abortamento de porcas, redução da produção de leite e por aí vai. Obviamente, para o setor agropecuário, trata-se de uma situação delicada e que precisa de atenção. Também poderá haver redução da disponibilidade hídrica em praticamente todo o território nacional e significativa intensificação dos eventos de cheias em regiões populosas como o Sudeste.

Então, esses são alguns *highlights* dos estudos que foram feitos. Esses estudos foram compilados de forma bem objetiva na Comunicação Nacional e publicados em uma publicação específica. Esses estudos já foram compartilhados com todos os Ministérios setoriais, de tal forma que eles possam, na medida do possível, subsidiar ações setoriais.



O terceiro volume é dedicado ao Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal.

Então, no âmbito do Terceiro Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa, houve uma revisão do Segundo Inventário Nacional, que já havia publicado as emissões de 1990 a 2005. E nós ampliamos o período inventariado até 2010. Os setores inventariados foram: energia, agropecuária, processos industriais, tratamento de resíduos, emissões e, no caso de emissões e remoções, nós incluímos o setor de uso da terra e a mudança do uso da terra em florestas. Esses foram os gases estudados. Nós trabalhamos também com métricas de equivalências de dióxido de carbono, para compararmos os diversos gases emitidos.

Aqui, de forma muito objetiva, está o nosso cenário atual de emissões, tal qual o Terceiro Inventário Nacional. Notem que nós partimos de 1990, com aproximadamente 1,4 gigatoneladas emitidas. De acordo com o GWP do Fifth Assessment Report — AR5, do IPCC, nós temos um pico de emissões em 2004, com um aumento de aproximadamente 160%. A partir daí, em parte por conta do esforço bem-sucedido no combate ao desmatamento da Amazônia e de outras iniciativas pontuais, nós conseguimos provocar uma inflexão da curva nas nossas emissões e chegamos, em 2010, a uma emissão um pouco abaixo da emissão de 1990.

Atualizando o gráfico com os dados recém-publicados das estimativas anuais de emissões, nós percebemos que, ao longo dos últimos 4 anos, até 2014 — 2011, 2012, 2013 e 2014 —, as emissões continuaram girando em torno de 1,4 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente

Aqui, no gráfico, eu coloco o nosso compromisso tal qual anunciado em Copenhague. Esse compromisso, em princípio, será alcançado com tranquilidade. Nós entendemos que o Brasil já vem fazendo um esforço robusto e responsável para que esse compromisso seja alcançado. Nós colocamos no gráfico os tetos que nos foram apresentados pela INDC — Contribuição Nacionalmente Determinada: 1,3 gigatoneladas de carbono equivalente em 2025 e 1,2 gigatoneladas de carbono equivalente em 2030.



Notem que o Brasil precisará continuar com ações responsáveis no sentido de implementar uma série iniciativas de baixo carbono, de tal forma que consigamos alcançar o desafio colocado. Notem que nós fazemos isso em um cenário internacional em que as emissões globais continuam sempre aumentando.

Só para divulgação, relato que foi lançado, junto com a Terceira Comunicação Nacional — TCN, o Sistema de Registro Nacional de Emissões — SIRENE, por meio do qual todos os dados de emissões, não só dos inventários nacionais, mas também das estimativas anuais, podem ser acessados. Escolhe-se o setor, escolhe-se a métrica, escolhe-se o ano. Esses dados são disponibilizados de forma transparente e podem ser exportados para o Excel e por aí vai.

No SIRENE, também estão disponíveis informações desagregadas por gás, informações desagregadas por setores. Então, para a agropecuária, nós temos informações relacionadas à fermentação entérica, ao manejo de dejetos animais, à fermentação, ao arroz irrigado, etc.

Nós já apresentamos os dados desagregados em nível de unidade federativa, por Estados, para 2 setores: agropecuária e uso da terra. E vamos avançar para que, no futuro, outros setores também sejam desagregados. E as publicações também podem ser acessadas em português e em inglês, em PDF, por meio do portal.

Objetivamente, era esse o registro que gostaria de fazer. Agradeço mais uma vez pela oportunidade.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE - Agradeço ao Márcio a apresentação. Vejam que esse é um documento feito com critérios extremamente rigorosos. Essas ações no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia são continuadas, ou seja, ocorrem durante todo o tempo. E, no momento, nós já estamos discutindo com os demais Ministérios e parceiros a elaboração da Quarta Comunicação Nacional, com a contribuição para os próximos 4 anos.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Jailson. Passo a palavra, agora, ao Sr. Claudio Angelo, Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima.



O SR. CLAUDIO ANGELO - A minha apresentação é rápida. Vou fazer uma provocação aqui. Vou tentar explicar por que nós precisamos, neste momento, descumprir o Acordo de Paris.

Esse acordo foi uma grande celebração, uma grande festa. Como definiu Bill Mckibben, ambientalista americano, esse acordo talvez tenha salvado a possibilidade de salvar o mundo. O Acordo de Paris não salvou o mundo. Talvez, ele nos coloque no caminho de poder fazer isso. O Embaixador está me olhando com uma cara de espanto. Eu vou explicar. Eu juro que vou explicar!

Dada a situação das emissões globais antes da adoção do Acordo de Paris, dada a situação das emissões hoje em todos os países do mundo e dada a estrutura de revisão desse acordo aprovado em Paris, a melhor forma de cumprir o acordo de Paris é tentar burlá-lo de algum jeito, como eu tentarei argumentar aqui.

Pois bem. Este eslaide é só para mostrar quem são os associados do Observatório do Clima. Nós somos uma rede de 41 organizações. Estes aqui na linha debaixo são membros observadores. Enfim, para começar, hoje, nós temos uma realidade climática diferente. Muita gente diz que há um novo normal. Durante a COP de Marrakesh, a Organização Meteorológica Mundial apresentou os dados de temperatura do ano de 2016, que, antes de acabar, já é o ano mais quente da história, desde o início dos registros globais, em 1880.

Nós batemos 1.2 grau Celsius de aquecimento global em relação à era pré-industrial, sendo que o objetivo mais ambicioso do Acordo de Paris é envidar esforços para limitar esse aquecimento em 1.5 grau. Nós estamos bem perto disso, e há quem argumente, inclusive, que por causa do El Niño, entre fevereiro e março deste ano, nós chegamos brevemente a tocar essa temperatura de 1,5 grau.

Isto aqui é o aquecimento do final do século passado, de 1995 até 2016, onde nós já estamos, sendo que essa média que a NASA usa já pega o período de 1951 a 1980, um pouco acima da média pré-industrial.

O que a humanidade tem na mesa hoje para evitar que essa temperatura suba ainda mais e ultrapasse os limites de 2 graus Celsius e 1.5 grau do Acordo de Paris? Nós temos as contribuições nacionalmente determinadas. Eu não tenho como apontar, mas este gráfico vem do Emissions Gap Report, um relatório que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente divulga todo ano, basicamente



para dizer o quão lascados nós estamos, o quão distantes da meta de estabilização nós estamos, dado o crescimento das emissões.

Naquela primeira linha ali de cima, estão as emissões globais, caso nada seja feito. O horizonte ali é 2030, que é o ano da... Felizmente, esse não é o caso do Brasil. A INDC brasileira é para 2025, mas a maior parte dos países tem compromisso para 2030. Então, nesse horizonte, na primeira linha, está o *business as usual* e, na segunda linha, o que acontece com as emissões, caso sigamos nas políticas que já estão em curso hoje. Na terceira linha, estão as INDCs, a metas nacionais não condicionadas a financiamento externo, por exemplo, e o verdinho ali são as INDCs condicionadas.

Então, o que nós temos aí nesse relatório do PNUMA é que, na melhor das hipóteses, nós chegaremos em 2030 com 15 bilhões de toneladas de CO₂ no Planeta em todos os anos, o que representa mais do que o necessário para estabilizar a temperatura em 2 graus Celsius. Quinze bilhões de toneladas — e peço ao Dr. Adriano que me corrija, se eu estiver errado — equivalem a uma China e a três Inglaterra. Alguma coisa assim? (*Pausa.*) É mais ou menos isso. É o equivalente a tirar mais de uma China do sistema climático mundial.

As curvas na cor azul são as trajetórias de emissão necessárias para estabilizar o clima, de acordo com as metas do Acordo de Paris. Como dá para ver, o ponto de inflexão necessário dessa curva se dá ao redor do ano de 2020. Se não atingirmos um pico de temperatura e um declínio muito rápido após 2020, dificilmente vamos conseguir estabilizar o aquecimento em 2 graus Celsius.

Isso, por favor, não é um “ongueiro” que fala. É a comunidade científica que está apontando esses dados.

Sei que orçamentos de carbono são uma coisa polêmica em alguns lugares do mundo, mas é o que temos também. Como é que se calculam as trajetórias de mitigação? Estabelecemos que existe “x” de carbono que a humanidade ainda pode emitir, de acordo com vários modelos, que dão várias probabilidades, várias possibilidade de ficarmos dentro da meta, ou seja, abaixo de 2 graus Celsius.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, há 66% de chance ou mais de estabilização da temperatura em menos de 2 graus. Temos para emitir 1 trilhão de toneladas de CO₂, entre 2011 e o fim dos tempos. Obviamente, o



nosso teto de emissões aumenta de acordo com o risco que estamos dispostos a correr de não fechar a conta dos 2 graus.

Alguns cientistas têm apontado um problema. Em Paris, isto foi dito muito veementemente por pesquisadores do Tyndall Centre. Lembro que hoje emitimos cerca de 50 bilhões de toneladas de CO₂ por ano. As emissões por uso de combustíveis fósseis, por conta de mudanças, sobretudo na China e nos Estados Unidos, estabilizaram, mas as emissões restantes, por uso da terra, por exemplo, continuam crescendo. Desde 2011, já emitimos 150 bilhões de toneladas. Então, esse orçamento não é mais... Temos que abater 150 bilhões de 1 trilhão. Aliás, temos que abater mais 250 bilhões de toneladas por uso da terra e produção de cimento, porque ali é só setor de energia. Então, na verdade, para termos uma chance boa de estabilizar o aquecimento global em menos de 2 graus Celsius, o nosso orçamento de carbono real teria de ser algo em torno de 600 bilhões de toneladas de CO₂.

De novo: não é o Observatório do Clima que diz isso, é o Tyndall Centre. Eles sabem fazer equações diferenciais. Eu não sei. Quem está dizendo isso são eles.

Diante disso, o Carbon Brief fez um gráfico bem interessante, em que mostra quantos anos temos ainda, mantendo as emissões do jeito como estão, e as chances que temos de estabilizar a temperatura, mantendo o nosso nível de emissão, do jeito como as emissões do globo estão hoje. Não dá para ver direito, mas eu explico: para termos 66% de chance ou mais de estabilizar a temperatura em 1 grau e meio. Aliás, o IPCC nem considera isso. A maior parte dos modelos do IPCC para 1 grau e meio só fala em 50% de chance. E nós temos cerca de 5 anos para estourar a meta.

Para 2 graus, temos um pouco mais de tempo, são 20 anos, mas esse gráfico considera um orçamento inflado. Na verdade, o tempo real é menor que esse. A solução — eu queira chegar a este ponto — é descumprir o Acordo de Paris de forma a acelerar a implementação de suas metas.

O que o acordo prevê hoje, do jeito que está, é um diálogo facilitado em 2018 e revisões quinquenais a partir de 2023. O que o *Gap Report* e outros estudos têm dito é que, se esperarmos até 2023 para fazer a revisão das NDCs, considerando



que vários países têm metas para 2030, nós não conseguiremos fazer a inflexão da curva a tempo.

Então, o que o Observatório do Clima e outras organizações da sociedade civil têm defendido é primeiro turbinar os compromissos que já foram feitos para 2020. Eu me refiro a todos os países. O Brasil, certamente, vai cumprir o compromisso de 2020, mas lembro que as metas de 2020 de vários países são extremamente frágeis, e os *Gap Reports* anteriores têm mostrado isso. Há problemas inclusive a respeito de como essas metas são calculadas, com dupla contagem de emissões.

O que nós propomos é que esse calendário seja acelerado e que a revisão da ambição das NDCs seja feita já em 2018. Parece viagem dentro do processo. Pode ser que seja viagem dentro do processo, mas quem demanda isso não é a sociedade civil, é a atmosfera.

Os Governos já demonstraram uma capacidade de desobedecer ao Acordo de Paris, quando aceleraram este ano a implementação, a entrada em vigor do acordo. Estava programada para 2020, e o acordo entrou em vigor em 2016, causando toda sorte de bons problemas a pessoas como o Felipe, que tem de produzir o livro, o manual de instruções, as regras de operação do acordo.

Mensagens que nós temos para o Brasil. Primeiro vou discordar do Adriano. Nós achamos que é preciso sim, faz sentido sim ajustar a NDC à luz do terceiro inventário, até porque a segunda parte da NDC já dá um número absoluto de 1,3 gigatonelada em 2025 e de 1,2 em 2030.

Como o terceiro inventário aumenta as nossas emissões no ano-base de 2005 em relação à Segunda Comunicação Nacional, caso o compromisso não seja ajustado para fazer essa referência, nós já temos, em tese, a situação absurda de chegarmos a 2025 podendo aumentar as nossas emissões para 1,7 gigatonelada. Hoje as emissões estão em torno de 1,5. Obviamente, não é o que o Brasil se comprometeu a fazer, mas existe esta margem de interpretação: *“Ah, tudo bem. Então nós não fazemos nada e cumprimos o compromisso mesmo assim”*. O que poderia ser feito? Simplesmente trazer o número que já está reportado no anexo da NDC para dentro da NDC e fazer uma referência à meta absoluta, em vez de fazer referência apenas à meta de redução de 37%.



Outra coisa: iniciar a implementação da NDC já em 2017, uma coisa que o Governo de fato está buscando fazer com o plano de implementação, que vai começar a ser discutido agora no primeiro semestre de 2017.

O Brasil ainda não disse se vai entrar na primeira fase do mecanismo voluntário de congelamento de emissões, o mecanismo de mercado, o mecanismo baseado em mercado da Organização Internacional da Aviação Civil. Vários países em desenvolvimento já manifestaram a sua disposição de entrar na primeira fase, que vai de 2020 a 2026.

Outra mensagem: definir uma estratégia de descarbonização para 2050. Alguns países já apresentaram, na COP de Marrakech, as suas estratégias de longo prazo.

E o que nós sugerimos ao Governo brasileiro é a revisão de compromissos, em 2018, se outros países se comprometerem a fazer isso também. Não adianta nada o Brasil dar este passo para frente sozinho, se nenhum outro país rever as metas, em especial os países que têm metas para 2030.

Quero fazer uma referência muito rápida a um estudo que foi divulgado em Marrakech também, pelo Ministério... Eu jamais vou conseguir pronunciar a sigla inteira, então vou chamar de MCTI — MCTIC agora. Falo do estudo *Opções de Mitigação*, que aponta, entre outras coisas, que é possível para nós chegar a 1 bilhão de toneladas em 2030 com precificação de carbono. Há várias conclusões interessantes e tecnologias interessantes no estudo. São coisas que o Governo brasileiro também poderia olhar a fundo. O estudo mostra que, na verdade, todas as emissões necessárias para atingir a NDC em 2025 poderiam ser feitas a custo zero, a custo negativo, só mexendo em barreiras e regulações e reduzindo o desmatamento.

Acho que era isso. Espero não tê-los aborrecido demais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Claudio.

Passo a palavra agora a José Antônio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO - Muito obrigado.



Bom dia, Deputado Nilto Tatto.

É um prazer estar novamente nesta Casa.

Na pessoa do Dr. Jailson, cumprimento os demais membros da Mesa.

Saúdo a nossa plateia presencial e aqueles que nos acompanham virtualmente.

Eu vou reservar um tempo dos meus 15 minutos para algumas reações à provocação do nosso amigo Claudio, mas quero me concentrar justamente no cumprimento do Acordo de Paris. Acho que esse é o nosso foco, até porque Paris já faz parte do nosso arcabouço legal. E depois gostaria de fazer algumas considerações sobre o que ouvi.

O importante sobre Paris é que é uma demonstração clara de que o multilateralismo pode produzir resultados concretos e criar um arcabouço que permita que nós controlemos mundialmente o aumento da temperatura global. O princípio orientador do Acordo de Paris é o de que todos os países deverão, num crescendo, produzir seus objetivos, apresentar seus objetivos, tendo em conta as suas responsabilidades, as circunstâncias e as capacidades de cada um.

O Acordo é sem dúvida um moto-contínuo. Períodos de revisão estão previstos. E nos períodos de revisão serão apresentados justamente os resultados, à luz das melhores circunstâncias da Ciência.

Ao contrário do Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris parte de uma base nacional. Cada país apresenta suas melhores condições de abordar a questão do clima.

Como eu mencionei, o Acordo de Paris será esse moto-contínuo temporal. À medida que esses períodos vençam, todos os países apresentarão suas novas metas, sempre numa linha de progressão — progressão no sentido de que terei que fazer, no próximo período, mais do que fiz no anterior —, sempre pensando na mais alta ambição. Esse é princípio reitor do Acordo de Paris.

Eu começo fazendo uma objeção ao que o meu amigo Claudio colocou. A antecipação do início da vigência do Acordo de Paris, eu não posso ver, apesar de o texto dele conter aspas, como desobediência civil. Trata-se de uma vontade política universal. Ao contrário, é um fato absolutamente positivo e auspicioso, para que possamos ver Paris começando a funcionar.



Nós aqui no Brasil — e Adriano já mencionou este fato —, nesta Casa, o Congresso Nacional, de maneira antes não conhecida, aprovamos esse Acordo em pouco mais de 3 meses. Isso reflete, obviamente, um consenso nacional a respeito da urgência do tratamento do tema.

Tanto a nossa equipe técnica quanto Ministros, no passado e atualmente — o próprio Ministro José Serra e o Ministro Sarney Filho o fizeram, imediatamente após tomarem posse nas suas novas funções —, fizeram um apelo ao Congresso Nacional para que aprovasse, principalmente, a Emenda de Doha ao Protocolo de Kyoto. Há vários anos esse tema está pendente da aprovação do nosso Congresso. Nós instamos, temos conversado com várias autoridades e vários Parlamentares aqui no Congresso justamente para que acelerem o processo de tramitação da Emenda de Doha, que o Brasil ainda não ratificou.

Então, eu lanço este apelo aqui, Deputado, e solicito ao senhor que transmita isso ao Presidente desta Comissão, para que possa ser acelerada a tramitação interna da Emenda de Doha ao Protocolo de Kyoto.

Mas eu queria dizer, já que nós estamos falando em desafios, que, para a implementação do Acordo de Paris, essas prioridades, esses desafios têm obviamente três planos. No plano internacional, já que o Acordo, pela vontade política internacional, entrou em vigor em prazo recorde, nós temos que ir trabalhando esta nova fase, que é a fase da regulamentação do Acordo, desse livro de regras, o que vai permitir a garantia, no âmbito internacional, da sua implementação.

Como nós conversamos lá em Marrakech, Deputado, com vários dos Parlamentares que estavam lá e com outros membros da delegação brasileira, estamos agora no momento da regulamentação do Acordo de Paris. O Acordo de Paris marca o fim de um momento, marca o fim de uma fase, que foi a fase de negociação. Agora estamos trabalhando, debruçados, com a regulamentação desse Acordo. Isso no plano internacional.

No plano nacional — e eu não vou me deter muito neste aspecto porque o próprio Dr. Adriano já mencionou —, está sendo trabalhada a estratégia nacional de implementação e financiamento da Contribuição Nacional brasileira. Esse trabalho vai ser iniciado a partir de 2017 e concluído já no meio do ano que vem. Trata-se de



um esforço bastante importante, de um esforço de fôlego. Será analisado tudo sob o céu, para que nós possamos levar adiante a nossa NDC. Vamos olhar toda a legislação nacional, todas as regulamentações, todos os aspectos possíveis, para chegar àqueles pontos em relação aos quais nos comprometemos com a nossa NDC. Isso com relação à estratégia.

No plano nacional ainda, nós teremos outro desafio, que eu gostaria de trazer à consideração. Nós temos que repensar a governança climática no nosso País. Isso já vem sendo conversado, isso já vem sendo repetido. E eu gostaria de citar o que mencionou o Ministro José Serra na cerimônia de assinatura do instrumento de ratificação do Acordo de Paris: *“Para implantar nosso compromisso de reduzir no Brasil, em 37%, os gases de efeito estufa em 2025 e, posteriormente, em 43%, em 2030, com relação a 2005, temos que buscar uma revisão profunda da Política Nacional sobre Mudança do Clima”*.

Essa Política Nacional sobre Mudança do Clima teve origem e foi adotada num outro contexto, no contexto da COP de Copenhague. E se estabeleceu um compromisso voluntário para o Brasil. Agora nós temos, naturalmente, que repensar esta nossa governança, justamente porque temos hoje uma meta para o âmbito da nossa economia como um todo, não mais uma sucessão de ações setoriais. Por isso, é muito importante que nós repensemos esta situação.

Eu mencionava o plano internacional e o plano nacional, mas eu queria, muito rapidamente, Deputados, com a sua permissão, fazer algumas rápidas considerações a respeito da COP 22, que acaba de ocorrer de Marrakech.

Como tem sido tradição nas delegações brasileiras, a delegação brasileira é integrada, além de negociadores e de representantes governamentais, por membros do Congresso Nacional e por autoridades subnacionais e é também fortalecida pela presença da academia e de representantes do setor privado e da nossa sociedade civil. Ao todo, em Marrakech, havia 271 delegados, em todas essas configurações, sendo 184 da sociedade civil. Quanto ao nosso Parlamento, tivemos o privilégio de contar com 17 Parlamentares na nossa delegação, o que muito nos estimula, o que nos honra, mas também nos desafia. Então, é importantíssima essa assegurada participação dos nossos Parlamentares.



E os resultados da COP 22, esse trabalho de preparação da regulamentação do Acordo de Paris, eu acho que podemos considerar que os resultados dessa Conferência das Partes grandemente se alinharam com as pretensões brasileiras. As pretensões brasileiras eram no sentido de garantir a aceleração e a previsibilidade dos trabalhos de implementação, sempre trabalhando num ambiente abrangente e inclusivo. Inclusivo porque, em outras convenções e em outros acordos internacionais, aqueles que não são parte do acordo não participam das suas deliberações. O que se decidiu — esta era uma posição do Governo brasileiro — foi permitir que aqueles que ainda não concluíram os seus processos de ratificação interna participassem do processo de regulamentação.

Também em Marrakesh se definiu que a data-limite para a conclusão desse trabalho de regulamentação se dê em 2018, por ocasião da COP 24, que será realizada na Polônia.

Eu gostaria de dizer muito rapidamente também que a delegação do Brasil continuou com uma atuação bastante alentada, ativa, participou de todos os debates que ocorreram durante a Conferência das Partes. Nós estivemos sempre orientados a garantir que a ambição seja renovada, seja assegurada, que a aceleração dos trabalhos seja uma realidade. A própria regulamentação do Protocolo de Kyoto levou 4 anos. Nós estamos agora nos propondo — conseguimos obter isso da comunidade internacional — a que essa regulamentação se conclua em 2018. Então, estamos reduzindo à metade esse prazo, o que nos coloca um grande desafio.

Eu quero, Deputado, concluindo a minha intervenção, mencionar que, além dessa grande participação de todos os representantes da nossa comunidade nacional, foi aberto um espaço em Marrakesh, o Espaço Brasil, em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, com a ANA, com a APEX. Permitiu-se a criação de um espaço de diálogo, onde nós tivemos uma série de conversas e de debates, pensando justamente em mobilizar, em levar adiante todos os planos que nós temos. O Espaço Brasil mostrou realmente a importância de favorecer, de facilitar, de disponibilizar esse ambiente.

Também em Marrakesh — isto já foi mencionado aqui pelo Dr. Adriano — lançamos a Plataforma Biofuturo, que já conta hoje com a participação de 20 países,



incluindo o nosso. Nós almejamos, com essa plataforma, trabalhar na linha da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada, trabalhando um setor que tem sido um pouco relegado a um plano não prioritário, o setor de transportes, que é responsável por um percentual de emissões bastante robusto. A Plataforma do Biofuturo é uma ideia para trabalharmos a opção de combustíveis mais avançados, de baixo carbono, como solução para os nossos desafios.

Eu só queria mencionar mais uma vez, Deputado, a importância dessa robusta participação da sociedade civil, da robusta participação do setor privado, da robusta participação da academia e a sempre muito bem-vinda participação de Parlamentares nas nossas delegações durante a COP.

Eu me esqueci de mencionar um dos desafios que nós temos também no plano nacional. Eu mencionei a questão da estratégia, como nós implementaremos a nossa NDC, mas temos um outro desafio. Nisto eu concordo cem por cento com o Claudio. Nós já temos que começar a trabalhar a nossa estratégia para 2050. Faz parte do texto de Paris. É um trabalho que não está sendo relegado a segundo plano, mas a prioridade neste momento é pensar como chegaremos a 2025 e como chegaremos a 2030. Obviamente, o que se pensa para 2050 não estará desconectado de tudo o que está sendo feito e vai ser feito até 2020 e do que será feito nos períodos 2020-2025 e 2025-2030.

Deputado, mais uma vez agradeço o convite. Muito honrados, nós estamos sempre à disposição para vir aqui conversar com a sociedade brasileira. Ressalto a relevância do nosso Parlamento nesse debate. Gera meios para que as políticas públicas nacionais militem a favor da implementação da nossa NDC. Outro aspecto muito importante da participação do nosso Parlamento, Deputado, é a sua capilaridade, que faz com que essas mensagens possam chegar aos mais longínquos rincões do nosso País.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Embaixador Marcondes. Eu queria até aproveitar a oportunidade para agradecer o profissionalismo de toda a equipe do Brasil que estava lá, composta por integrantes do Itamaraty, do Ministério do Meio Ambiente. Servidores do Brasil lá estavam, e



acabam criando condições para que tanto os Parlamentares como a sociedade civil possam participar desse debate.

Eu mesmo pude fazer coisas que não estavam previstas na agenda. Por exemplo, atuei em favor da participação dos indígenas que lá estavam e que queriam uma oportunidade para se colocarem diretamente. Houve essa oportunidade. Estávamos lá, ajudando.

Já tivemos outra oportunidade de lhes agradecer nesta Casa, nesta Comissão, mas mais uma vez quero dizer obrigado. São servidores do Estado que representam o País.

Outro debate é aquele que tem a ver com o conteúdo, razão pela qual estamos aqui.

Passo a palavra agora a Rodrigo Justus de Brito, Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Bom dia, Deputado Nilto Tatto. Bom dia, integrantes da Mesa aqui presentes. Estamos mais uma vez nesta Comissão. Dias atrás estávamos aqui discutindo a produtividade e a sustentabilidade do sistema agrícola.

Especificamente para o setor agropecuário, os desafios já começam com a vulnerabilidade que a atividade tem em relação às questões climáticas. Na COP 22, realizada em Marrakesh, assistimos a apresentações no estande dos Estados Unidos, ao lado do estande do Brasil, que mostraram os cenários mais sombrios possíveis para o setor agrícola americano e as previsões globais, *grosso modo*, de que a produção de alimentos vai sofrer muito. Isso interfere em preços, em disponibilidade para a população.

O setor agrícola é o setor mais vulnerável à questão do clima. Nós cidadãos urbanos podemos sofrer com os efeitos de uma eventual seca, de falta d'água, de uma tempestade, mas, no caso do setor agrícola, tudo isso é crucial para o produtor rural. Após duas ou três perdas de safra, pode perder a sua propriedade. Há reflexos no preço, na disponibilidade de alimentos.

Temos assistido a isso neste ano. Ontem a CNA divulgou o balanço de produção. Só em decorrência de fatores climáticos, na colheita da safra 2015-2016, a Bahia perdeu 30% de toda a sua produção; o Piauí perdeu metade; Mato Grosso



perdeu 23%; Mato Grosso do Sul perdeu 10%. O Rio Grande do Sul perdeu 30% de toda a sua soja e de todo o seu arroz por causa da chuva.

Então, o setor agrícola é o setor mais vulnerável no que se refere a questões relacionadas a mudanças climáticas.

Além disso, o País enfrenta uma situação econômica muito séria. Na semana passada, eu participei de um evento em São Paulo com especialistas de várias instituições financeiras, no qual se mostrou que o PIB do nosso País será negativo este ano, vai chegar a 2%, e que o Brasil só vai voltar crescer, segundo eles, a partir de 2019, 2020.

No momento em que a economia mundial está aquecida — a nossa década perdida é recente —, há oportunidade para os países em desenvolvimento de aumentarem os seus investimentos, terem ganhos socioeconômicos.

Nós iniciamos recentemente um período de baixa, no que se refere ao aquecimento da economia. Ele tende a reduzir. Isso significa que o Brasil vai enfrentar sérios problemas pela frente. Nós dependemos de mercados e estamos numa situação extremamente frágil.

Há as metas, as NDCs brasileiras. O setor agropecuário faz uso da terra. Existe uma contribuição grande que se espera do setor, das suas atividades. A implementação do Código Florestal vem com a questão da restauração de áreas. Existe a questão da modernização daquela parte do setor que ainda não é moderna. A difusão tecnológica não é homogênea. A qualidade de produção tem vários tipos, várias circunstâncias.

Então, o Brasil é um país que precisa ter, primeiramente, uma política agrícola que venha a salvaguardar os produtores em relação a todas essas perdas e a tudo isso que está acontecendo. Vejamos, há apenas 4 meses foram pagos os seguros dos produtores que perderam a produção na safra 2014-2015. Para este ano, nós temos 400 milhões de reais previstos relativamente ao seguro dos produtores, mas precisaríamos de 10 bilhões somente para a questão do seguro.

E no que isso influi na vida do cidadão? Se o produtor não está segurado e não tem uma garantia, todas as perdas que se acumulam no setor são transferidas para os preços dos produtos que vão para a mesa do cidadão. Nós temos uma



situação econômica preocupante, que pode ter reflexos no cumprimento dessas metas de diversas maneiras.

Está sendo discutido com o Ministério da Agricultura o estabelecimento de uma política agrícola de médio e longo prazos para o País, a exemplo da Europa e dos Estados Unidos. Nós não podemos fazer um plano agrícola a cada ano. As nossas metas estão colocadas. Temos a questão da implementação do Código Florestal, que está um tanto lenta, vamos dizer assim. Existem problemas com os Estados. Em boa parte dos Estados, não houve ainda a definição dos programas de regularização ambiental. É a partir desses programas que se inicia o processo de restauração florestal. Cada Estado tem que definir a sua regra.

Em quatro ou cinco Estados — eu não sei em quantos exatamente isto ocorre hoje — há a judicialização desses programas. Enquanto a Justiça não decidir o que vai acontecer, se são legais ou ilegais e o que deve ser feito em relação ao ajuste desses programas, esse processo de restauração não será iniciado.

Há a discussão das ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo em relação ao Código Florestal, o que também traz certa insegurança. Após a audiência pública em abril deste ano, o Ministro Luiz Fux disse que queria colocar isso em pauta, mas nós sabemos que a pauta do Supremo está bastante animada, está cheia, com uma série de assuntos que acompanhamos no dia a dia. Nós esperávamos ter essa situação resolvida para que a implementação do Código pudesse finalmente prosseguir. O grosso das nossas metas está relacionado à questão de restauração florestal.

A recuperação de pastagens é plenamente viável e desejável, seja para pecuária, seja para conversão agrícola, o que vai diminuir a pressão sobre os remanescentes nativos. Não vemos problema em relação a isso.

Talvez enfrentemos problemas em relação a ter rebanho para colocar nessas áreas. Se recuperamos áreas e intensificamos a atividade, precisamos ter rebanho. Nós sabemos que, especificamente quanto ao gado bovino você recuperar áreas e intensificar a atividade, você precisará ter rebanho. E nós sabemos que, no caso do rebanho bovino especificamente, a cada 2 anos uma vaca vai dar uma cria. Então, nós não conseguimos multiplicar essa criação como a de aves e suínos, em que, para se aumentar cinco vezes a produção, basta não fazer omelete e nós teremos



aves para continuar a nossa atividade; pode-se aumentar ou diminuir a produção de acordo com o mercado.

A crise econômica afeta, sim, a questão das metas. O ambiente institucional legal em relação à implementação do Código é extremamente importante para que se possa seguir nessa implementação.

Temos uma questão relacionada ao desmatamento. O Brasil conseguiu, através de comando e controle, fazer uma redução drástica dos índices de desmatamento. Mas é preciso lembrar também que hoje, com a cadeia de custódia, com a rastreabilidade e tudo mais, aqueles produtores que abrirem áreas ilegalmente não vão conseguir comercializar os seus produtos.

Na Amazônia há em torno de 40 milhões de pessoas extremamente pobres — é o pior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil. Nós não temos ali um modelo econômico que possa absorver essas pessoas no mercado de trabalho. De outro lado, há áreas exploradas muitas vezes de forma extremamente primitiva, vamos dizer assim — sem ofensa —, sem produtividade, sem qualidade de vida para as pessoas. Isso significa que, embora comando e controle sejam necessários, porque não há organização institucional em um país sem ordem e sem cumprimento de legislação, não vai ser apenas através de autos de infração que nós vamos conseguir acabar com o desmatamento ilegal. Nós precisamos de alternativas econômicas reais.

Na Amazônia, há 80% de reserva legal, ou seja, o produtor, em uma área aberta recentemente, tem direito a explorar 20% do solo e o resto ele poderia utilizar como manejo. Hoje, das 100 espécies comerciais, quase 90 foram declaradas ameaçadas de extinção, o que acabou tirando essa possibilidade do aproveitamento do manejo florestal. Então, ocorre um enfraquecimento do leque de opções que as pessoas da Amazônia têm.

O Brasil tem esse desafio de planejar o que vai ser feito. O País não vai conseguir segurar o desmatamento ilegal somente lavrando autos de infração ou prendendo e criminalizando pessoas, sendo que boa parte desse desmatamento — não se sabe exatamente quanto, por falta de regularização fundiária — ocorre em áreas que são de domínio da própria União. Ou seja, a regularização fundiária precisa avançar, senão não acabamos com o desmatamento. Nós precisamos ter



opções econômicas para essas pessoas, senão elas vão sempre buscar alguma forma de exploração primária dessas áreas e o desmatamento vai continuar.

Temos ainda o direito estabelecido, daqueles que respeitam os percentuais da legislação, no sentido de fazer a supressão e ampliar a sua atividade, que é o desmatamento legal, mas, por força da legislação, ele vai chegar a um limite e vai parar por ali, legalmente falando, porque eventualmente, na hora em que houver direito de supressão de todos os imóveis, isso vai acontecer. Então, as nossas preocupações se referem a tudo isso, a esse conjunto de fatos que mostram um ambiente desfavorável.

Temos a questão internacional, que também nos preocupa: no segundo dia da COP, Donald Trump foi eleito. Na verdade, quem acompanha os noticiários, percebe que nem tudo o que Donald Trump prometeu vai ser feito da forma como foi dita nos comícios. Porém, nós sabemos que há chances, sim, de os Estados Unidos colocarem o pé no freio em relação às suas ambições. Essa é uma possibilidade que está aí. Vamos aguardar os próximos 3 meses, em que vamos conhecer qual é a efetiva política ambiental de Donald Trump.

Da mesma forma, do que disse em relação aos imigrantes, ele já fez um recuo, quanto à política ambiental ele também disse que não é bem assim, embora tenha relativizado a questão, dizendo que primeiro vai avaliar o que é bom para as empresas dos Estados Unidos e para o povo americano, e até que ponto o país pode, inclusive, rever os seus compromissos. Eu pessoalmente não acredito que os Estados Unidos deixem o Acordo. Mas, se os Estados Unidos colocarem o pé no freio, aumentam as suas emissões. As emissões brasileiras totais não chegam, grosso modo, nem a 10% das emissões dos Estados Unidos. Isso significa que, se nós fizermos todo o nosso dever de casa, e eles aumentarem em 10% as emissões deles, na verdade todo o nosso esforço será em vão, do ponto de vista macro.

Então, nós estamos acompanhando e vamos participar ativamente dessa discussão, que se iniciará no começo do ano, em relação à implementação. A NDC brasileira, em parte, foi construída do fim para o começo. Por isso, o plano de implementação, na verdade, acontece a partir de agora. Então, nós vamos trabalhar ativamente, levar as nossas contribuições em relação à proposta da estratégia nacional de implementação.



Deputado Nilto Tatto, eu agradeço o convite para participação neste debate, e estamos à disposição das discussões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Eu quero fazer também aqui algumas provocações.

Marcondes, a Emenda de Doha, do Protocolo de Kyoto, depende fundamentalmente da vontade do Governo para avançar aqui. Os senhores sabem como funciona a Casa: se a base do Governo não levar em frente... É uma questão que até conversamos, acho que na semana passada, com o próprio Presidente da Comissão. Precisamos fazer um esforço junto ao Presidente da Casa para ver se essa matéria avança. Mas é fundamental também ter o apoio do Executivo, na medida em que temos aqui a base do Governo.

No ano passado ainda, eu dei entrada a uma iniciativa legislativa, dirigida ao Ministério do Meio Ambiente — até conversei novamente sobre isso com o Ministro Sarney Filho em Marrakech e também no Ministério do Desenvolvimento Agrário; agora está na Casa Civil —, no sentido de aproveitarmos a oportunidade, Rodrigo. Se queremos restaurar 12 milhões de hectares, essa iniciativa pode gerar oportunidades de emprego e renda para uma parcela da sociedade. Estou falando da produção de sementes e mudas, de toda a cadeia de restauração da economia florestal, que vai dialogar com assunto que ouvi pouco aqui na fala dos senhores.

Não vamos enfrentar a questão das mudanças climáticas se também não enfrentarmos o debate da distribuição de renda, que é o conceito que está por trás de todos os acordos que nós levamos para lá. Refiro-me a todos aqui na Mesa. Temos que debater internamente como vamos dar conta de cumprir aquilo com que nos comprometemos lá. É esse o debate que está colocado aqui. E essa questão não está descasada.

Se estamos numa crise econômica, esse debate pressupõe que temos de fazer um esforço muito grande, diante daquilo com que nos comprometemos, para ver como vamos pensar o que foi levantado aqui: essa agenda mais estratégica, de longo prazo, da descarbonização.

A discussão é para onde vão os investimentos do Estado para a economia crescer. É esse debate que precisamos fazer. Temos que cumprir a meta, temos que



descarbonizar, temos que reduzir as nossas emissões, mas, ao mesmo tempo, não podemos esquecer que o Brasil ainda é um dos países onde há mais desigualdade. Não vamos enfrentar as mudanças climáticas ou os grandes problemas ambientais se não enfrentarmos a desigualdade dentro do País.

Então, a discussão é para onde vai o investimento do Estado. Esse debate não pode estar descasado, o que não foi manifestado aqui.

Também não dá para esquecer neste debate que estamos discutindo no Congresso Nacional — e devemos votá-la na semana que vem — a PEC 55/16, que já votamos como PEC 241/16. Ela vai, Rodrigo, na perspectiva de várias outras iniciativas de trazer para o mercado, tanto do ponto de vista de melhora da qualidade de vida, como do ponto de vista de sustentabilidade ambiental, os 40 milhões que o senhor falou da Amazônia.

Às vezes, não é o mesmo pacote. Estou falando: lá havia experimentos ou programas em andamento que tendem a não seguir em frente, que trabalham com essa população. Falo da agricultura familiar ou de populações extrativistas, ou que têm outras formas de relacionamento com a natureza ou com a floresta.

Temos metas, compromissos em relação a transporte. A tendência é diminuir, por exemplo, os investimentos que vínhamos fazendo nos últimos anos em mobilidade, em transporte coletivo. A tendência é essa. Estão quase parando os investimentos nessa área. É só verificarmos a quantidade de obras na área de mobilidade que estão paradas ou semiparadas em vários lugares do País. Poderíamos citar várias áreas. O próprio Ministério admitiu: “*Não existem recursos para colocar em funcionamento um sistema de comando, de fiscalização*”. Portanto, vai num outro caminho.

Eu quero, na verdade — também não sei se tem mais alguém no plenário que queira apresentar alguma sugestão, que queira fazer algum comentário —, dizer que a questão central é que não podemos fazer este debate descolado da questão da desigualdade, na perspectiva de crise econômica, cuja tendência é a maior concentração do dinheiro arrecadado dos impostos, principalmente no setor financeiro. Portanto, pode ser que entremos num processo de aguçamento da pobreza no País. No entanto, todo conceito que está por trás das políticas do Brasil, historicamente defendidas nas negociações da Convenção do Clima, estão lincadas,



relacionadas. Enfrentar a questão climática, enfrentar a questão ambiental é algo que está ligado ao enfrentamento da desigualdade.

Antes de passar a palavra a outro convidado, pergunto se alguém mais quer fazer outra observação? Depois, passo a palavra, primeiro, ao Claudio, porque ele está atrasado para um compromisso.

Fale seu nome, por favor.

O SR. MARCÍLIO CARON - Sou Marcílio Caron e represento o setor de florestas plantadas.

Deputado, em razão de sua manifestação, eu fico muito preocupado quando a meta da NDC brasileira é de 12 milhões de hectares de plantio de florestas e de recuperação florestal, quando sabemos que, para recuperar 1 hectare de floresta nativa, é preciso valores significativos. De onde vem o recurso? Qual é a política? Porque o produtor não tem condições de absorver um passivo dessa grandeza.

Eu acho que está muito dentro desse apelo discutir quais são as políticas de financiamento para atender a essa NDC, que foi tão comentada em âmbito mundial, no sentido da recuperação de florestas com o plantio de 12 milhões de hectares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Passo a palavra aos membros da Mesa. Alguém quer fazer algum comentário a mais?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO - Obrigado, Deputado.

Eu quero fazer uma observação rápida no seguinte sentido: ficou muito claro, pela exposição do Dr. Adriano, que haverá um reforço — e eu falo a respeito da questão do desmatamento — nas ações de comando e controle. Então recursos estão sendo previstos justamente para suplementar essas ações de fiscalização, controle e comando.

Eu acho que ficou claro — não podemos nos esquecer desse outro aspecto — que não é o único componente que vai impedir o desmatamento. E aí eu entro também com uma observação sobre o fato de que 40 milhões de pessoas vivem em nossa Amazônia, mas nem todos os 40 milhões vivem exatamente no mato, nem todos os 40 milhões estão cortando árvores, nem todos os 40 milhões estão derrubando a floresta, nem todos os 40 milhões estão produzindo algo na terra devastada. Então eu acho que nós temos que ter clareza no manejo desses



números. O Governo Federal deve trabalhar de forma mais contundente nos aspectos alternativos para a economia.

Mas vejamos o caso de um indivíduo, desse grupo de 40 milhões, que more exatamente na floresta e se encontre em uma situação de ter que pagar as suas contas e levar comida para dentro de casa. Esse indivíduo tem uma árvore em seu quintal, que poderia representar algum ganho. Qual será a opção ele: deixar aquela árvore de pé, ou botar a árvore abaixo e vender aquela madeira? E venderia a que preço? Aviltado? A outra opção, que não seria necessariamente uma coisa científica na estratosfera, é que aquela árvore poderia representar algum ganho na questão do uso extrativista e renovável, perene, no sentido de gerar renda para aquele indivíduo.

Então a questão econômica é fundamental. A questão econômica é importante, e o Governo Federal, além das ações de comando e controle, tem que trabalhar na questão do desmatamento, que muitas vezes está aliado a práticas ilegais e a crimes cometidos neste País. Nós temos que trabalhar isso, mas também temos que encontrar opções voltadas a essa parte da população que mora exatamente na floresta. Tem que ser mostrado a esses membros da nossa população que aquela árvore vale mais de pé do que destruída.

Então esses aspectos eu acho que são muito importantes. Não são esses 40 milhões de amazônidas que estão provocando o desmatamento. Isso é um sofisma, isso é uma distorção estatística, e nós temos que ter um pouco de cuidado ao fazer referência a isso. Eu sei que o Rodrigo conhece perfeitamente essa situação e sabe que nós temos que encontrar também opções econômicas para esses brasileiros. Mas outro aspecto que eu acho muito importante e que eu ressaltai aqui quando mencionei o Acordo de Paris, que é um acordo que representa o moto contínuo de progressão e de ambição, é sempre levar em conta a situação, as peculiaridades nacionais, as circunstâncias nacionais de cada país e o nível de responsabilidade que cada país tem na geração da cena climática. A NDC brasileira reflete toda uma situação, todo um estudo detido, e agora nós vamos, justamente sob a liderança do Ministro Sarney Filho, no Ministério do Meio Ambiente, começar a trabalhar a identificação de políticas públicas, de ações, de meios para levar adiante essa nossa contribuição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Embaixador Marcondes.

Passo a palavra agora ao Sr. Adriano de Oliveira.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA - Obrigado, Deputado, mais uma vez, pela oportunidade.

Gostaria de concordar 200% com o que foi colocado de maneira tão eloquente pelo Embaixador Marcondes, em relação à discussão sobre o debate de distribuição de renda e a essa relação com o combate ao desmatamento.

Só gostaria de agregar um ponto importante, em relação ao debate de distribuição de renda e à discussão importante que o Deputado coloca de pensar a mudança do clima do ponto de vista econômico: lembrar que precisamos ratificar o segundo período do Protocolo de Kyoto, tão bem defendido aqui pelo Embaixador José Marcondes, a Emenda de Doha. Ele é um instrumento debaixo da Convenção. O Acordo de Paris, de maneira similar, é outro instrumento debaixo da Convenção. Isso para dizer que são instrumentos abaixo de algo que é maior, que é a própria Convenção. E a Convenção reconhece que a prioridade para países em desenvolvimento é a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, e é isso que o Itamaraty, na negociação internacional, sempre tem à frente nas nossas discussões.

Concordando, mais uma vez, com o embaixador em termos dos 40 milhões de pessoas na Amazônia, é exatamente isso. Desse universo de 40 milhões de pessoas, há um universo muito pequeno e mínimo que são criminosos, que são bandidos, e a NDC colocou de uma maneira muito forte o objetivo ambicioso de terminar com o desmatamento ilegal até o ano de 2030. E, associado a isso, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia prevê nos seus outros dois eixos exatamente as duas preocupações já citadas aqui pelo Rodrigo, da CNA, e também pelo embaixador, com o ordenamento territorial. E essa quarta fase do PPCDAM vai muito a fundo nesse eixo e também muito fortemente na integração da população promovendo a atividade econômica e social para trazer essa população para essas atividades sustentáveis. E o PPCDAM vai muito forte nessa linha.

Eu gostaria de, bastante rapidamente, reagir a uma provocação, sempre de maneira muito simpática, colocada aqui pelo Claudio Angelo — é uma pena ele não



estar aqui —, que ajuda a qualificar o debate e esclarecer alguns pontos. Quando ele menciona a necessidade de turbinar compromissos, o Governo brasileiro está totalmente disposto a sempre turbinar esses compromissos. E veio do Governo brasileiro, ainda na Conferência de Lima, a proposta de diferenciação concêntrica, segundo a qual os países têm que sempre procurar a progressão de ambição, nunca voltar atrás. E o Governo brasileiro, já na COP de Paris, apresentou essa progressão. Nós saímos de um cenário de modalidade de compromissos que, como o Embaixador colocou, eram compromissos voluntários, mas era uma modalidade de desvio tendencial de emissões, *o business as usual*, e colocamos uma modalidade de redução absoluta. Então, já mostra uma progressão, como bem colocou o Embaixador Marcondes.

O que pode ser um tiro no pé, e eu gostaria de chamar a atenção em relação à proposta aqui do Observatório do Clima de já fazer uma revisão em 2018, é o risco de nós sempre ficarmos revendo os compromissos e não partirmos para a implementação. O que nós precisamos fazer agora é implementar o que foi acordado, e isso o Governo brasileiro já vem fazendo, com os exemplos que eu mencionei aqui, com a própria construção da estratégia que vai ser discutida com a sociedade em 2017. Agora é tempo de implementar. Se nós perdermos tempo, mais uma vez, e ficarmos discutindo sempre novos números e novos compromissos, nós corremos o risco de dar esse tiro no pé.

O diálogo facilitativo, citado pelo Claudio, como o nome diz, é um diálogo facilitativo em 2018. Ele ainda não é a consideração agregada que vai acontecer em 2023, quando nós vamos ter mais material para isso. Na Convenção, temos que ver como os artigos se interligam. E o art. 13 trata de transparência. Nós temos uma estrutura nova de transparência, em termos de apresentação de ações de apoio e de transparência de ação e apoio, e está previsto na regulamentação do Acordo de Paris que, em 2018, vamos fechar as regras de modalidades, procedimentos e *guidelines*. Se nós colocamos, em 2018, uma discussão em relação ao agregado, quando nós ainda nem definimos as regras que serão feitas debaixo dessa estrutura que será comum para países em desenvolvimento e países desenvolvidos, há um outro risco, também, para a própria atmosfera, que o Claudio colocou, que deve ser o objetivo primordial.



O número de Paris de 55% do total global de emissões, que deveria ser um dos critérios para a entrada em vigor, foi feito com base em relatórios de países que tinham dados de 2002, 2005, 2010 e 2012. Para a atmosfera, isso não faz muito sentido, mas eram os números que tinha.

Em 2018, vamos discutir regras que serão comuns, no futuro, com flexibilidade para países em desenvolvimento, e nós temos que ter isso muito claro para fazer uma discussão qualificada, em relação às revisões das NDCs. Por isso eu acho que o Governo brasileiro deve mirar essa revisão dentro dos prazos regulamentares da própria Convenção mesmo.

Por último, eu não queria deixar de passar pela questão levantada pelo Marcílio Caron, dos 12 milhões de hectares de restauração e reflorestamento. O próprio setor, Marcílio, nos auxiliou na elaboração da NDC, dizendo que esse número seria um número viável, e contamos muito com a coalizão floresta, agricultura e clima, que é formada por várias organizações não governamentais, por várias partes da sociedade, setor privado, e vamos ter que ser criativos na busca de financiamento.

O Ministério do Meio Ambiente, junto com os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e das Relações Exteriores, vêm iniciando uma discussão dessas novas possibilidades de Green Bonds, Climate Bonds, de como vamos ter que ser inovadores, dada a crise econômica que vivemos hoje, que é pontual, e, de novo, quanto à mudança do clima, sempre devemos ter o cuidado de observar sob uma perspectiva de médio e longo prazo. E aí, nas palavras do Deputado, vamos ter crescimento populacional no futuro, vamos ter a economia crescendo, e não podemos perder de vista a discussão de mudança de clima dentro dessa condição de médio e longo prazo. E esperamos que nesse médio e longo prazo o País volte a crescer e que possamos buscar o financiamento necessário, de forma criativa, para alcançar o objetivo de 12 milhões de hectares de restauração e reflorestamento.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Adriano.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Justus de Brito.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Eu só queria fazer um esclarecimento aqui, Embaixador Marcondes: de nenhuma forma eu disse que existem 40 milhões



de pessoas desmatando na Amazônia, até porque essa área desmatada de 8 mil quilômetros corresponde a 16 mil polígonos. O que são polígonos? São áreas. Então, essa área corresponde a 16 mil áreas, vamos dizer assim. Essa área corresponde a 16 mil polígonos. Quando eu falei nos 40 milhões de pessoas pobres — isso é um dado do IBGE —, na verdade, o que nós temos lá é um alto índice de natalidade, uma baixa perspectiva e um nível de educação muito baixo. O pior IDH do Brasil se encontra naquela região.

Durante muito tempo, vendeu-se a ideia de que cada proprietário rural — pequeno, médio, grande — tinha uma fortuna no seu quintal, seja por recursos genéticos da existência, seja por créditos de carbono, e, infelizmente, essa perspectiva não se consolidou.

Um crédito de carbono chegou a valer 32 dólares, e hoje está valendo 50 cents. O mercado de carbono, com todas essas questões, com o próprio novo mecanismo das NDCs e a alteração do Protocolo de Kyoto para o Acordo de Paris, essa dinâmica de pagar por isso, considerando ainda o *business as usual*... O Brasil tem uma legislação restritiva, diferente de outros países, se nós pegarmos onde o proprietário rural pode abrir toda a área.

Então, para esse proprietário, vender o crédito de carbono, o desmatamento evitado, seria uma fonte de renda, mas, infelizmente, na Amazônia, por ser 80% de reserva legal, acabou que houve um engessamento na questão de mecanismos financeiros.

Nós sabemos que esses recursos de RED e REDD+ não são suficientes para uma escala diária dessa quantidade de demanda que teríamos em relação aos produtores. Então, o que eu quis colocar com a minha mensagem, que o senhor também reiterou, é que o sistema de comando e controle sozinho não é suficiente, nem políticas só de distribuição de renda e de transferência de renda para as pessoas. O modelo econômico sustentável para a Amazônia ainda vai demandar muito esforço para ser efetivamente construído.

Era só isso que eu queria observar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Rodrigo.

Com a palavra o Sr. Jailson Bittencourt de Andrade.



O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE - Eu acho que o tema foi muito bem debatido em seus vários aspectos. O que nós gostaríamos de ressaltar nesse final é que o sucesso, frente aos desafios que o Brasil tem em relação ao Acordo de Paris, vai depender de uma ação altamente concertada dos vários setores: do Governo, da sociedade civil, do empresariado, do setor produtivo, do Congresso Nacional. Ou seja, as ações precisariam ser feitas da forma mais concertada e talvez mais organizada possível.

Neste momento aqui, nós destacamos bastante um dos biomas brasileiros, a Amazônia, com seus 40 milhões de pessoas necessitando de apoio, mas o Brasil tem seis biomas. Se nós observamos, por exemplo, o Semiárido, esse bioma é extremamente amplo e tem cerca de 22 milhões de brasileiros vivendo lá, em situação talvez pior ainda do que em alguns locais da Amazônia, sem contar os 12 milhões crescentes de desempregados que nós temos neste momento distribuídos nos grandes centros urbanos.

Então, os desafios são grandes e certamente vão depender de ações concertadas de todos os setores e de muita responsabilidade social, além de responsabilidade com o clima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Jailson.

A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão ao dispor dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* Seminário e Outros Eventos.

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares que passaram por aqui e dos demais participantes.

Declaro encerrada a presente reunião.